

Brigadistas de Santarém consideram prisões injustas e revoltantes

(Foto:Reprodução)- Os quatro membros da brigada de combate a incêndios florestais presos preventivamente por suspeita de envolvimento nos incêndios que, em setembro, destruíram parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Alter do Chão, em Santarém, oeste paraense, afirmam ser alvo de uma injustiça.

Daniel Gutierrez Govino, João Victor Pereira Romano, Gustavo de Almeida Fernandes e Marcelo Aron Cwerner conversaram com jornalistas na tarde deste domingo (1), dois dias após serem libertados em caráter provisório pela Justiça do Pará.

Os quatro foram presos preventivamente na terça-feira (26), no âmbito da operação Fogo do Sairé, que apura as causas e os responsáveis pelas queimadas de setembro. Para a Polícia Civil do Estado do Pará, os quatro são suspeitos de causar os incêndios com a intenção de promover as atividades da Brigada de Incêndios de Alter do Chão (organização criada em 2018) e, assim, obter donativos em dinheiro de outras organizações não governamentais.



| Marlena Pinheiro Soares/Arquivo pessoal

“Fogo foi para vender lotes e contou com ajuda de policiais”, afirma prefeito de Santarém

“Foi estarrecedor pensar que estávamos sendo acusados de um crime ambiental, sendo que tudo o que fazemos, e não é de agora, é auxiliar e proteger o meio ambiente”, declarou Aron sobre as prisões decretadas pelo juiz da 1ª Vara Criminal de

Santarém, Alexandre Rizzi, a pedido da Polícia Civil. “Não houve excesso policial na abordagem. Todo mundo foi educado, mas tudo isto que está acontecendo com a gente é sim injusto. O que sofremos é revoltante e inacreditável”, acrescentou Aron que, como os outros três brigadistas, teve os cabelos raspados antes mesmo de passar pela audiência de custódia.

Grileiros, e não brigadistas, são suspeitos de incêndios no Pará, segundo investigação federal

Aron confirmou que o Instituto Aquífero Alter do Chão, organização mantenedora das atividades da brigada de incêndios, recebeu R\$ 70 mil da ONG ambientalista WWF-Brasil. A própria WWF-Brasil já havia admitido que a quantia foi transferida ao instituto por meio de um convênio de parceria técnico-financeira que firmou para viabilizar a compra de equipamentos de combate a incêndios florestais como abafadores, sopradores, coturnos e máscaras de proteção usados pelos brigadistas. A WWF-Brasil nega ter repassado qualquer outra quantia ao instituto ou à brigada.

“Estamos sofrendo uma tremenda injustiça”, reforçou Gutierrez, afirmando que a revelação das suspeitas da Polícia Civil, que continua investigando o caso, suscitaram prejulgamentos e ameaças contra o grupo. “As fake news, os ataques, os prejulgamentos, estão deixando a gente em risco. Estamos recebendo ameaças diárias por meio de grupos de Whatsapp e, realmente, isto nos deixa com muito medo”, acrescentou Gutierrez, garantindo que, no momento, o maior desejo do grupo é “voltar à vida normal”.

João Victor assegurou que, desde que chegaram à região, em 2017 (um ano antes, portanto, da criação da Brigada de Incêndios) o grupo vem procurando atuar na proteção da floresta e no combate ao fogo de forma apartidária, em conjunto com as autoridades municipais, estaduais e, quando necessário, federais.

“A Polícia Militar conhece a gente, sabe onde fica a minha casa e, em caso de fogo, de resgates de animais, nos acionam. Antes, os PMs tinham que deixar atividades que eram mais da alçada deles para ir até lá. Hoje, nós os auxiliamos”, contou Victor, assegurando que, no momento das prisões, os brigadistas se mantiveram tranquilos por saberem que a situação seria esclarecida.

“Sabíamos da nossa inocência. Tudo o que nos pediram nós acatamos para que [a situação] se esclarecesse da forma mais rápida possível. Entendemos como um procedimento [investigatório] e, a todo o momento, quisemos colaborar para que a verdade viesse à tona o mais rápido possível”, disse Victor para, em seguida, admitir “o baque”. “No momento em que raspam minha cabeça, eu pensei se minha filha de dez meses iria me reconhecer quando eu saísse [da prisão]”.

Três dias depois da prisão, na quinta-feira (28), a Justiça do Pará determinou que os quatro brigadistas fossem soltos. A liberdade provisória foi decretada pelo titular da 1ª Vara Criminal de Santarém, o juiz Alexandre Rizzi, o mesmo que, com base no pedido da Polícia Civil, decretou as prisões e negou o primeiro pedido de liberdade apresentado pelos advogados dos quatro brigadistas.

Poucas horas antes do magistrado expedir a ordem de soltura dos investigados, o governador Helder Barbalho determinou a substituição do delegado responsável pelo inquérito policial, Fábio Amaral Barbosa, pelo diretor da Delegacia Especializada em Meio Ambiente, Waldir Freire Cardoso. Em um vídeo divulgado nas redes sociais, Barbalho afirmou que estava “preocupado” com os fatos ocorridos em Alter do Chão e que, “por isto”, determinou a troca do delegado.

Autor: Agência Brasil/segunda-feira, 02/12/2019, 19:35 –
Atualizado em 02/12/2019, 19:35 –

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404

6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail: adeciopiran_12345@hotmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/o-amor-de-mae-fez-a-costureira-maria-de-fatima-criar-vakinha-na-internet-para-realizar-sonho-do-filho/>